

ciência+saúde

Brasil vai cancelar acordo com Ucrânia para lançar foguetes

Em quase 12 anos de atrasos, países gastaram juntos R\$ 1 bilhão em projeto que será agora abandonado

Caminho fica aberto para que negociações sobre lançamentos comerciais americanos em Alcântara (MA) sejam retomadas

NATUZA NERY
DE BRASÍLIA
IGOR GIELOW
DIRETOR DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

Após quase 12 anos de atrasos, o governo federal decidiu cancelar o acordo bilateral para o lançamento de foguetes ucranianos com satélites comerciais da base de Alcântara, no Maranhão.

Os dois governos gastaram aproximadamente R\$ 1 bilhão na empreitada fracassada, rachando a conta.

A Folha apurou que a decisão foi tomada pela presidente Dilma Rousseff a partir de relatório de um grupo interministerial em janeiro, mas ainda não foi comunicada a Kiev.

A alegação foi o custo do lançador de satélites Cyclone-4, que teria se tornado abusivo num cenário de contração fiscal. O projeto sempre foi custoso: a previsão era de que fosse deficitário por 20 anos. Oficialmente, até que a Ucrânia seja informada, o acordo está mantido.

Com isso, está reaberta a porta para uma negociação que há muito interessa aos EUA: poder usar as instalações de Alcântara para fins comerciais. Um acordo chegou a ser firmado em 2000, mas acabou engavetado porque previa que os americanos usariam a base, mas não compartilhariam sua tecnologia.

Alcântara é objeto de desejo para lançamentos devido à sua posição equatorial — a maior parte dos satélites de comunicação usa órbitas paralelas à linha do Equador, então gasta-se menos combustível para chegar lá. Os europeus, por exemplo, lançam satélites pela Guiana Francesa.

Como Dilma está em processo de reaproximação com o governo dos EUA, na esteira da mediação do escândalo em que se viu espionada, o

tema pode ser retomado.

A diplomacia russa, segundo a Folha apurou, também vinha pressionando discretamente o Brasil a abandonar o acordo com seus rivais ucranianos. Os russos podem inclusive ofertar lançadores.

O Cyclone-4 é um filhote distante da seção do programa espacial da União Soviética que ficou em mãos ucranianas após a dissolução do império comunista, em 1991.

Foi oferecido ao Brasil em 2003, para lançamento em 2007. Nada ocorreu. Em 2006, foi formada uma empresa binacional para tocar o projeto, a ACS (Alcântara Cyclone Space), com lançamento previsto para 2010.

Por falta de verbas e até uma disputa territorial com quilombolas, o negócio se arastou — a última previsão era lançar o foguete em 2015.

Até aqui, quase metade das obras na base estão concluídas, e os ucranianos dizem ter o foguete quase pronto.

Além disso, desde 2014 o país europeu está envolvido numa guerra civil com separatistas pró-Rússia, o que não inspira confiança política.

O fim do acordo foi selado em reunião entre Dilma e os ministros Jaques Wagner (Defesa), Aldo Rebelo (Ciência), Aloizio Mercadante (Casa Civil) e Mauro Vieira (Relações Exteriores).

O programa do Cyclone-4 era criação do ex-ministro da Ciência e Tecnologia Roberto Amaral, que representou o Brasil na binacional ACS até 2011. Ele sempre foi criticado pela FAB (Força Aérea Brasileira), tradicional gerente do programa espacial brasileiro.

Para os militares, o Cyclone-4 retirou investimentos de projetos nacionais, já abalados desde 2003, quando um incêndio em Alcântara matou 21 técnicos que trabalhavam no modelo VLS-1.

Desde então o programa espacial brasileiro está emperrado. Os militares ainda pretendem lançar o VLS-1, mas o desenho do foguete é obsoleto e há uma nova geração de lançadores em estudo.



CYCLONE-4
Altura: 40 m
Diâmetro: 4 m
Massa na decolagem: 193 t
Número de estágios: 3
Carga útil: 5.600 kg*
Combustível: sólido e líquido



Área em obras na base de Alcântara (MA)

FOGUETE INTERROMPIDO

Os percalços da cooperação espacial Brasil-Ucrânia

2003

> O Brasil propõe um acordo de cooperação com a Ucrânia para explorar Alcântara
> Os ucranianos entrariam com o foguete, o Cyclone-4, e o Brasil com o sítio de lançamentos

2006

> É constituída a empresa binacional ACS (Alcântara Cyclone Space), com capital previsto de US\$ 105 milhões
> O primeiro lançamento do Cyclone-4 é marcado para 2010, mas a empresa já nasce com uma disputa: o local escolhido para a base fica em território quilombola

2008

> Após piquetes dos quilombolas e interrupção das obras, a ACS desiste de instalar a base do Cyclone em seu território
> A Aeronáutica cede à empresa parte do CLA (Centro de Lançamentos de Alcântara), uma instalação militar



2009

> A Ucrânia fica sem dinheiro para terminar o foguete, e o lançamento do Cyclone é remarcado para 2012

2011

> O ex-senador Aloizio Mercadante assume o Ministério da Ciência e Tecnologia e manda suspender o projeto enquanto a Ucrânia não conseguir dinheiro para sua contrapartida no capital da ACS



2012

> O projeto para novamente, após a Ucrânia obter US\$ 178 milhões e afirmar que o Brasil é que precisa pôr mais dinheiro agora

2013

> Atraso no lançamento do VLS-1, Veículo Lançador de Satélite brasileiro, compromete agenda do Cyclone-4

2015

> Brasil decidiu cancelar o acordo bilateral
> Juntos, os dois governos gastaram cerca de R\$1 bilhão na empreitada fracassada
> A alegação foi o custo alto do Cyclone-4

ANÁLISE

Projeto nunca foi competitivo e só serviu para criar ferro-velho no MA

SALVADOR NOGUEIRA
COLABORAÇÃO PARA A FOLHA

Mais um plano mirabolante para o programa espacial brasileiro vai por água abaixo. Em 2003, quando o acordo foi assinado, especialistas já o consideravam má ideia.

Um problema era o uso de combustível tóxico, ameaçando contaminação em caso de acidente. Já se esperavam também falta de competitividade no mercado comercial e a necessidade de investimentos grandes para converter o antigo míssil balístico soviético, confiável mas ultrapassado, num lançador moderno.

Nada disso impediu o acordo, mas agora serve como motivo para deixar tudo para lá.

São centenas de milhões a menos no comalido caixa da União, em troca de oba-oba e uma plataforma de lançamento inconclusa, prestes a virar ferro-velho no Maranhão.

Com essa verba, o país poderia ter concluído o VLS (Veículo Lançador de Satélites), projeto que já se arrasta por quase quatro décadas com a missão de dar ao Brasil acesso independente ao espaço.

Agora, ele volta a ser a única tábua de salvação do programa espacial brasileiro — embora ainda siga perto da estaca zero, com três tentativas de lançamento fracassadas.

Relegado a um segundo plano desde o acidente que matou 21 pessoas em 2003, ele ganhou renovada importância nos últimos anos.

O IAE (Instituto de Aeronáutica e Espaço) trabalha numa versão mais moderna do VLS, chamada de VLM (Veículo Lançador de Microsatélites), que colocaria em órbita dispositivos espaciais de pequeno porte. Mas o investimento é pequeno.

É um caminho para iniciar a exploração comercial do Centro de Lançamento de Alcântara — o melhor do mundo em localização. Mas é só um modesto começo.

Se quiser de fato ganhar bilhões com Alcântara, em vez de perdê-los, o Brasil precisará de um acordo de salvaguardas tecnológicas com os EUA, até o momento rechaçado. Sem isso, é impossível lançar do Brasil qualquer produto espacial que tenha componentes americanos — uma fatia bem grande do mercado.